



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 29 de novembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Editorial	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Destaque	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Guerra Fiscal	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Modelo premiado	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Modelo premiado (continuação)	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Análise	6
EMPRESAS	
A CRITICA Sim & Não	7
OPINIÃO	
A CRITICA Convênios de R\$ 142 milhões	8
ECONOMIA	
A CRITICA Convênios de R\$ 142 milhões (continuação)	9
ECONOMIA	
A CRITICA Espaço da Indústria	10
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO PEC da Música	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Municípios exportam 27% mais em 2011	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Transporte de cargas do PIM fatura R\$ 210 milhões / mês	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Transporte de cargas do PIM fatura R\$ 210 milhões / mês (continuação)	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Dilma diz que País está 'blindado'	15
ECONOMIA	

Editorial

Falta de comando no momento delicado da convergência digital

A superintendência da Suframa está prestes a fechar o segundo mês sem titular na cadeira de comando. Isso num momento político e econômico delicado, principalmente para dois setores base do Polo Industrial de Manaus, os de eletroeletrônicos e de bens de informática, respon-

sáveis por quase metade do faturamento industrial atual.

Nesta semana, por exemplo, o Congresso Nacional vota a PEC da Música, que segundo membros da própria bancada federal amazonense já está praticamente aprovada. A mudança que a emenda constitucional vai introduzir na relação de incentivos fiscais entre a ZFM e o resto do país inviabiliza o nosso setor de mídias eletrônicas.

Afora esse pequeno contratempo, o avanço célere da convergência digital ou integração de tecnologias e mídias eletrônicas e de informática coloca em xeque o nosso modelo econômico, seja pela expansão dos interes-

ses brasileiros no setor, seja pelo obsolescência que atingiu o nosso sistema de produção desses bens de alta tecnologia.

Neste ano chegaram os tablets e talvez já no próximo ano cheguem as smart tvs, uma versão gigante daqueles, integrando todas as mídias no eletrodoméstico preferido dos brasileiros. E o governo do país não pode negociar privilégios para um modelo que se tornou anacrônico pela falta de investimentos em tecnologia e inovação nesse ramo.

Mas esses são assuntos para serem debatidos sob um comando forte e competente, o que não parece interessar muito ao modelo político que ainda se vivencia na província.

Destaque

O vereador **Hissa Abrahão** (PPS) apresentou, nesta segunda-feira, o 'Programa Municipal de Incentivo ao Empreendedor Individual denominado "Zona Franca Empreendedora", que estabelece o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual no âmbito do Município de Manaus.

• A medida tem respaldo nas normas gerais previstas na Lei Complementar (federal) nº.128, de 19 de dezembro de 2008, com fundamento no Artigo 179 da Constituição Federal.

• O programa vai incentivar o empreendedor individual que tenha atividades informais a se regularizar.

• Levantamento do IBGE revelou que 136 mil pessoas em Manaus estão trabalhando no comércio informal.

• O número equivale a 80% dos comerciantes no Estado que, segundo o IBGE, chega a 170 mil pessoas.

• Esses comerciantes incluem os donos de bares, comerciantes, camelôs, donos de restaurantes e vendedores ambulantes em geral.

Guerra Fiscal

Adjuto conclama ALE a resistir a golpe federal que “pode quebrar o Amazonas”

A resistência é quanto à tentativa federal de reduzir a alíquota interestadual do ICMS de 12% para 2%

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Presidente da COFP (Comissão de Finanças Públicas), da Assembleia Legislativa do Amazonas, o deputado estadual Adjuto Afonso (PP) conclamou a ALEAM (Assembleia Legislativa do Amazonas) “a resistir enquanto é tempo” à tentativa de o governo federal reduzir a alíquota interestadual do ICMS de 12% para 2%, como prevê a minirreforma tributária em curso no Congresso Nacional. “Precisamos resistir a mais esse golpe contra o Polo Industrial de Manaus, pois a economia do Amazonas vai quebrar com certeza”, disse ele ao *Jornal do Commercio* ao defender a formação de um grupo de trabalho para defender os interesses do Estado no Congresso com relação à questão.

Na opinião de Adjuto, a ALEAM deve ficar atenta e reagir contra a medida, anunciada pelo Palácio do Planalto há vários dias, que

“representará um golpe mortal contra o PIM, o comércio de Manaus e contra a arrecadação do governo estadual. Ele disse ao JOC que o governador Omar Aziz estava mais do que certo quando manifestou à imprensa seu descontentamento contra a medida federal.

“Temos que reunir esforços para que o governo federal não concretize o golpe contra o nosso Estado. Será difícil mantermos o Estado sem incentivos fiscais”, avalia Adjuto, salientando que a PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que prorroga por mais 50 anos o modelo Zona Franca, anunciado pela presidente Dilma Rousseff, “poderá significar nada e ficar comprometida pela falta dos incentivos fiscais ao PIM”.

Adjuto defende a criação de grupo de trabalho formado pela bancada de parlamentares amazonenses, economistas e estudiosos para defender os interesses do Estado junto ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto. “A medida

federal pode não acabar com a guerra fiscal entre os Estados brasileiros e deve ser avaliada por especialistas antes de ir à votação”, argumenta.

Omar

Adjuto Afonso destaca a posição assumida pelo governador Omar Aziz sobre o ICMS igualitário em nível nacional, resultando na perda de competitividade da ZFM, que ficaria sem seus atrativos fiscais referentes ao II (Imposto de Importação) e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Ele considera, no entanto, que o governador Omar Aziz não ficará passível na questão e lembrou manifestação do secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraham, que já advertiu que qualquer alteração na alíquota de ICMS levará o governo amazonense a estudar a concessão de incentivos extrafiscais para defender o PIM, na mesma linha do incentivo proporcionado à Samsung há dez anos para produzir tubos de televisores no PIM.

Modelo premiado

Desenvolvimento sustentável: Amazonas no caminho certo

Modelo sustentável do Estado, com base em gestão participativa, de oportunidade de trabalho e renda tem dado certo

Ao fazer um balanço do "Seminário Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica", realizado dias 23 e 24 de novembro, no Tropical Hotel, em Manaus, a secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Nádia Ferreira, disse que "o Amazonas faz o dever de casa e está no caminho certo do desenvolvimento sustentável. No seminário ela apresentou o modelo de política sustentável do Estado, adotado de forma estratégica pelo governador Omar Aziz, com base em uma gestão participativa, gerando oportunidade de trabalho e renda, em consonância com a conservação do rico patrimônio florestal da região. O evento foi uma realização do Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, Governo do Estado do Amazonas e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o apoio da Suframa (Superintendência da

Zona Franca de Manaus) e do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia).

Nádia Ferreira participou como uma das palestrantes do painel "A Organização de um Modelo Econômico Sustentável para a Amazônia", ao lado de Mauro Pires e Fernando Coimbra, ambos do MMA (Ministério do Meio Ambiente), este último atuou como moderador do painel. Na ocasião, Nádia apresentou os avanços do Estado partindo da afirmativa de 97,7% de cobertura florestal intacta, resultado fruto de programas estratégicos e da aplicação de uma gestão compartilhada junto às populações tradicionais, além da instituição de Conselhos e Fóruns.

"A OTCA vive um novo momento e precisamos aproveitar. A organização está se propondo a chamar os países para uma cooperação integrada na Amazônia brasileira, trazendo o debate para a nossa região. Mostramos então, que o Estado do Amazonas já está inserido nesse modelo, pois já temos essa visão de futuro e trabalhamos na implementação de políticas que vem sendo destaque em nível nacional e internacional, aplicando ações que integram a classe de empresários, populações tradicionais, indígenas, políticos, academia, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade, trabalhando juntos para reduzir a pobreza

com base em uma economia sustentável, sendo esse o direcionamento do governador Omar Aziz", disse Nádia.

Dentre as iniciativas do Estado do Amazonas, a secretária Nádia destacou o modelo Zona Franca de Manaus, que tem sido um freio para os processos de degradação ambiental e contribuído para

Dentre as iniciativas do Estado, a secretária Nádia destacou o modelo ZFM que tem sido um freio para os processos de degradação ambiental

a conservação da exuberante floresta. Outros exemplos foram o incremento das Unidades de Conservação estaduais do Amazonas, que registrou em 2011 um crescimento de 157%, saindo de 12 Unidades no ano de 2002 para 41 Unidades no ano de 2011.

Destaque também para o incentivo às parcerias público-privadas nessas áreas protegidas, em que o Governo Estadual por meio da SDS trabalha na elaboração de editais para concessões turísticas de parques e reservas de desenvolvimento sustentável no Amazonas, através

do Decreto, 30.873 de 28 de dezembro de 2010, assinado pelo governador Omar Aziz, além da criação da modalidade RPDS (Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável), através do Decreto 30.108, de 22 de junho de 2010, caracterizada como categoria inédita no Brasil.

A concessão turística visa priorizar a mão de obra local com alternativas de geração de renda às comunidades das Unidades de Conservação e do entorno. "O Estado deve ser o indutor e fomentador de oportunidades econômicas e sociais, para atender as expectativas dos diferentes segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente", destacou Nádia Ferreira.

Cadelas Produtivas

O fortalecimento das cadeias produtivas também foi destacado durante a apresentação.

A borracha, por exemplo, ganhou incentivo com a instalação de duas indústrias de beneficiamento e uma de produção de pneus.

A expectativa de produção mensal é de 1 milhão de pneus de bicicletas e 100 mil pneus de motocicletas, quando de sua implementação, prevista para o 1º. Semestre de 2012.

Cerca de duas mil famílias de seringueiros tiram seu sustento a partir dessa

Modelo premiado (continuação)

Resultados e desafios a serem superados

cadeia, com expectativa de produção de mil toneladas em 2011. Outros destaques foram a cadeia produtiva do setor pesqueiro e o manejo florestal.

A secretária ressaltou os desafios a serem superados para consolidar o modelo de uma economia sustentável para o Amazonas e a importância da OTCA em construir uma “agenda única” com os oito países membros da organização, observando que as discussões devem envolver questões da biodiversidade étnica, social, ambiental,

rural e ecológica. Dentre os desafios citados estão: Acesso a energia; Tecnologias de comunicação; Infraestrutura de transporte (aviação regional e portuária); Ordenamento Territorial; Manejo das florestas e dos recursos hídricos; e a Incorporação de tecnologia e inovação, em benefício das populações da Amazônia; e, principalmente, desburocratizar o processo de validação dos diplomas dos profissionais, em especial, dos médicos em território do Amazonas.

Propostas da OTCA

Uma das propostas da OTCA é a criação de um observatório científico, associando o conhecimento científico ao conhecimento tradicional característico da região amazônica. “Não basta apenas o conhecimento científico, é necessário que ele esteja associado ao conhecimento das populações tradicionais e dos povos indígenas. Nós podemos criar um diferencial e desenvolver uma discussão voltada para a nossa realidade. Existe um

grande vazio de conhecimento científico nessa região. Precisamos conhecer o nosso patrimônio natural, pois damos valor somente ao que conhecemos e, partir dele, transformar em benefício para a sociedade”, diz Nádia. A Secretária Nádia finalizou sua palestra afirmando que mais do que nunca entende a importância da OTCA diante desse contexto pensando na perspectiva de um planejamento estratégico que pense em uma Amazônia para o futuro.

Análise

Micro e pequenas puxam índice de empregos

Pelo décimo mês consecutivo, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela maioria dos novos postos de trabalho criados no país. O resultado é tão positivo, que em outubro os pequenos negócios compensaram as demissões ocorridas nos empreendimentos de médio e grande porte. A análise é do Sebrae, após a divulgação dos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego).

"Os pequenos negócios respondem pelo saldo líquido de empregos gerados no país, o que impulsiona o consumo, influenciando a atividade produtiva", diz o diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, ao comentar a participação das micro e pequenas empresas na manutenção do ciclo virtuoso da economia brasileira. Conforme Carlos Alberto, os pequenos negócios pre-

cisam investir também em inovação e sustentabilidade para garantir diferenciais de competitividade.

Em valores totais, de acordo com dados do Caged, no mês de outubro foram gerados pouco mais de 126 mil empregos formais. Para o analista de Gestão Estratégica do Sebrae, Leonardo Mattar, caso o ritmo se mantenha neste patamar, as micro e pequenas empresas fecharão o ano com uma participação de 80% na geração de empregos no país. "Acreditamos que o segmento alcance 1,6 milhão de novos postos de trabalho no período de janeiro a dezembro de 2011".

Na análise do desempenho das micro e pequenas empresas em outubro, feita pelo Sebrae, empreendimentos do setor de comércio concentraram 45,5% dos novos empregos, e o de serviços 38,8%. A indústria de transformação empregou 16,7% dos trabalhadores dos

pequenos negócios e a construção civil 8,6%.

Por outro lado, 3,1% de micro e pequenas empresas fecharam postos de trabalho no setor de agricultura e pecuária. Em relação às grandes empresas, as perdas foram maiores com 12,8% de demissões e outros 12,4% na indústria de transformação.

Comparados com o mês anterior, quando foram criados mais de 209 mil empregos, os números de outubro foram menores, na ordem de 39,7%. "O mesmo efeito se observa quando comparamos com o mês de outubro de 2010, quando foram criados quase 205 mil novos postos de trabalho com carteira assinada", explica Leonardo Mattar. Conforme o analista do Sebrae, em 2011, observa-se uma antecipação das demissões que normalmente ocorrem nas médias e grandes indústrias nos meses de novembro e dezembro.

Sim & Não

Sorte da ZFM será jogada ao vento

Uma sugestão do modo de escolha do relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da prorrogação da Zona Franca de Manaus mostra como o tema está sendo tratado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A ideia do presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), é escrever os nomes dos oito deputados da bancada do Amazonas, cada um em pedacinho de papel, lançá-los ao alto e tirar um que seria o relator da matéria. Até agora a bancada ainda não se manifestou.

Convênios de R\$ 142 milhões

CIMONE BARROS

cimone@acritica.com.br

O governador do Estado, Omar Aziz, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, assinaram ontem convênios da ordem de R\$ 142 milhões, na sede do governo com a presença de centenas de trabalhadores rurais de vários municípios. Os acordos visam incentivar a agricultura familiar no Estado através do Plano Safra e dar segurança jurídica no campo, por meio do programa de regularização fundiária Terra Legal, com a entrega de títulos definitivos de terra, um dos grandes gargalos para o desenvolvimento do setor no estado.

"Sabemos que a produção tem dificuldades ambientais, de logística, assistência técnica e principalmente de regularização fundiária, que sem ela o produtor não tem como acessar o crédito. E hoje estamos avançando nessa direção", disse o governador Omar Aziz.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Produção Rural (Sepror), cerca de 270 mil pessoas estão na atividade rural no Amazonas, mais de 90% na agricultura familiar. Os dados mais recentes do IBGE (2009) mostram que a agropecuária detém 5,1% do valor bruto adicionado ao Produto Interno Bruto do Estado (PIB), que em valor corrente é de R\$ 49,614 bilhões.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 receberá um aporte de R\$ 100 milhões para ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que será dividido igualmente nas operações de crédito (investimentos, máquinas) e operações de custeio (insumos, sementes). As linhas do Pronaf possuem taxa de juros ao ano de 1% nas operações até R\$ 10 mil e de 2% para valores entre R\$ 10

Saiba mais

>> Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) define a Agricultura Familiar com base em quatro critérios: predomínio de mão de obra familiar (média de 3 postos de trabalho familiar); área de até quatro módulos fiscais (em Manaus são 20 hectares, municípios próximos 80 ha e mais distantes, 100 ha); residência no estabelecimento ou próximo; e renda agrícola e não agrícola deve ser gerada predominantemente no estabelecimento.

mil e R\$ 130 mil.

Segundo o ministro Afonso Florence, gastos os R\$ 100 milhões do Pronaf pode-se liberar mais recursos para o Amazonas. "Para ter acesso ao crédito é preciso ser agricultor familiar, ter a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) para empréstimos individuais e a DAP Jurídica para associações e cooperativas. Aí é se dirigir aos agentes bancários e contrair o empréstimo que lhe convenha para poder produzir alimentos e comercializar", explicou o ministro.

Conforme o MDA, o Plano visa o aumento da produção de alimentos, a geração de renda e organização econômica dos agricultores familiares assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. O MDA também desenvolve dentro do Plano a política de garantia de preços mínimos da agricultura familiar, e vai reforçar o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o aporte de mais R\$ 6,5 milhões e de assistência técnica e extensão rural (Ater), com a liberação de R\$ 4,7 entre convênios e contratos.

Recriação do Icote na ordem do dia

O governador Omar Aziz reafirmou ontem a decisão de recriar o Instituto de Cooperação Técnica Municipal (Icote), importante instituto de assessoramento técnico das prefeituras em todas as áreas até a década de 1980.

A proposta vem ao encontro do desejo de governança de Aziz, que é transversalidade e articulação entre as secretarias para dar oportunidades à população. No caso da área rural, segundo ele, é preciso ter algo mais que o Idam, que já faz um grande trabalho. "Não tem mais jeito. Preciso de um instituto de cooperação técnica para o interior. Vamos recriar o Icote e pretendo ver o projeto essa semana para depois mandar para Assembleia".

Aziz informou que já discutido o assunto com os deputados estaduais e hoje com a possibilidade de fazer parcerias, por exemplo com o MDA, para contratar empresas para dar assistência técnica, é preciso começar desde o princípio: elaboração do projeto.

"Temos a nossa agência de fomento que pode captar recursos no BNDES, Banco do Brasil, Basa - que está em greve, para que possamos fazer os projetos diretamente pela Afeam", disse Aziz.

Aziz destacou que a Cidade Universitária, em Iranduba, será focada principalmente para cursos de aprimoramento de assistência técnica das diversas vocações do estado.

Manaus, terça-feira, 29 de novembro de 2011.

Convênios de R\$ 142 milhões (continuação) **Terra Legal terá R\$7 milhões**

Essa quantia é para liberação imediata. O montante para a questão fundiária chega a R\$ 26 milhões

Ontem mais uma etapa do programa Terra Legal avançou, com assinatura de convênio no valor de R\$ 26,326 milhões com o Estado que visa regularizar a situação fundiária de aproximadamente nove mil propriedades rurais, principalmente da Região Metro-

politana de Manaus e áreas adjacentes, segundo o Instituto de Terras do Amazonas. Desses total, R\$ 7 milhões imediatos.

Os recursos se distribuem, por exemplo, na informatização de cartórios, georreferenciamento, identificação e certifica-

ção de pessoas - muitas pessoas não têm sequer o registro civil. Os cronogramas são por ação e a expectativa é que até 2013 sejam entregues de dez a 15 mil títulos definitivos de terra.

Na visita de ontem, o ministro informou que foram emitidos

5 mil direitos de concessão de uso em convênio com o Incri e de 200 títulos definitivos pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA).

"Começamos a pensar na regularização fundiária no Estado



Recursos para georreferenciamento

e os títulos definitivos nos permitem acessar o crédito, aumentar a produção. Agora, precisamos traçar novas metas para abranger mais famílias", disse a presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amazonas (Fetagri), Izete Rodrigues.

Além desse convênio com o governo, o MDA tem também com o governo Federal no valor de R\$ 17 milhões, com o qual ontem assinou ordem de serviços dos contatos de georreferenciamento para 14 mil km de área em 14 municípios amazônicos, entre eles Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré.

Espaço da Indústria Definições já!

Está demorando, mas nos parece que já está definido o nome do futuro superintendente da Suframa. Na Secretaria de Estado do Planejamento, a Seplan, embora tenha sido anunciada a escolha de novo dirigente, até o momento não houve nomeação. Dois órgãos de grande importância para a indústria local precisam de seus titulares definidos para se preparar para os desafios do ano de 2012, pois as perspectivas são preocupantes em face da constatação de um pífio crescimento da economia mundial, um confuso cenário da economia dos Estados Unidos e um enfraquecimento econômico contínuo que se

verifica na Zona do Euro. Uma dose adicional de preocupação vem com a decisão do governo chinês em reduzir o seu crescimento se precavendo dos reflexos da fraqueza da economia mundial. O Brasil apresenta uma redução significativa do ritmo de crescimento econômico, embora os índices demonstrem haver crescimento maior do que a maioria dos países parceiros. O governo federal vem adotando estímulos e condições que possibilitam a manutenção do aquecimento do mercado interno, mediante oferta de mais crédito e ampliação dos investimentos em infraestrutura. Mas são indefinidos os reflexos

da crise para o Brasil e principalmente para o modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas e sua Zona Franca de Manaus. Vários assuntos e ações nos preocupam e aos nossos representantes políticos no Congresso Nacional. Agora somos ameaçados pela proposta que tramita na Câmara dos Deputados, em razão da imunidade tributária que se pretende conceder aos produtos da mídia fonográfica, a chamada "PEC da Música", como se tal medida de desoneração fosse combater a pirataria e baratear o custo dos produtos áudio visuais. Um CD ou um DVD virgem, só para exemplificar, custa em torno de R\$ 1,00. O custo maior

desses dois produtos está nos direitos autorais e /ou royalties que são cobrados pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca ou pelo autor da obra, para permitir a sua comercialização. Para nós, o resultado de uma medida como esta seria a extinção de muitos empregos e a inviabilização das fábricas que atuam no Polo Industrial de Manaus que, diga-se de passagem, processam a transformação da matéria-prima até a elaboração do produto final. Aprovada a referida Proposta de Emenda Constitucional da Música (PEC), estaria decretado o início da desindustrialização

do nosso modelo de desenvolvimento regional. Produtos de entretenimento, como os audiovisuais, deixariam de ser fabricados na Zona Franca de Manaus e no resto do país, pois o mercado passaria a ser atendido com importações que são bem mais baratas, mas não geram empregos e investimentos. Portanto, é urgente para a indústria do Amazonas, a definição dos dirigentes da Suframa e da Seplan a fim de que possam, de forma planejada e com estratégias bem definidas, defender um modelo de desenvolvimento, que, na falta de uma melhor opção, é o que alavanca o nosso desenvolvimento.

Gilmar Freitas

e-mail:
gilmar.freitas@
fieam.org.br



PEC da Música

Industriários 'na defesa' pelo PIM

A provável votação, nesta semana, da proposta de emenda à constituição nº 98/07, a "PEC da Música", levou entidades a se mobilizarem contra a aprovação dessa medida que vai afetar diretamente a indústria fonográfica de Manaus.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, enviou, ontem, uma carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e ao presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, alertando para os efeitos negativos que a concessão da imunidade tributária a CDs e DVDs com produção musical brasileira causarão a mais de sete mil trabalhos empre-

AMEAÇA

Entidades locais acreditam que, se a "PEC da Música" for aprovada, será o fim da indústria de CDs e DVDs do parque fabril de Manaus, que, atualmente, emprega sete mil trabalhadores

gados no Polo Industrial de Manaus (PIM). "Pedimos a eles que viessem a Manaus para realizar uma audiência e debater o assunto. A PEC não vai resolver o problema da pirataria. Se resolvesse, mandaria essa mágica para o resto do mundo", ironizou Valdemir Santana.

O deputado federal Pauderney Avelino (DEM) afirmou que a aprovação da "PEC da Música" não está na pauta de votação da Câmara dos Deputados. Segundo ele, seis medidas provisórias e um projeto de lei trancam a pauta, impedindo a votação. "A 'PEC da Música' só será votada se for em sessão extraordinária. Se essa proposta for aprovada com o texto, vai ser um verdadeiro descontrole fiscal que vai aumentar a pirataria ao invés de diminuir, como é alegado. Os artistas que pensam que vão ser beneficiados vão dar um tiro no próprio pé", afirmou, em referência a artistas como Roberto Carlos e Ivete Sangalo que defendem a PEC que vai prejudicar o parque local. (AA)

Municípios exportam 27% mais em 2011

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Na contramão da capital do Estado, com baixa superior a 30% nas vendas para o exterior, as cidades do interior do Amazonas registraram aumento de 27,53% em suas exportações nos dez primeiros meses do ano. De janeiro a outubro de 2011, os municípios amazonenses comercializaram em torno de R\$ 27,9 milhões, contra quase R\$ 21,9 milhões no mesmo período do ano passado, conforme dados divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

O grande destaque, ainda, são as exportações de tântalo, que representaram 55,01% de tudo que foi vendido para o exterior pelos municípios até outubro de 2011. Nos dez primeiros meses deste ano, as vendas do minério — bastante usado pela indústria eletrônica e encontrado em abundância no município de Presidente Figueiredo (a 107 quilômetros de Manaus) — chegaram a registrar R\$ 17.998.389. Esse montante é 29,06% maior do que

o valor de R\$ 13,94 milhões em exportação de janeiro a outubro de 2010.

As vendas de Presidente Figueiredo para o exterior tiveram como principal destino a Estônia, que absorveu 34,60% de toda a exportação do município ao longo do ano, seguido da Alemanha (24,88%), China (20,36%) e Japão (20,16%). De acordo com a Secretaria de Finanças de Presidente Figueiredo, a arrecadação total do município prevista para 2011 é de R\$ 78 milhões, boa parte proveniente dos royalties obtidos com a exploração de Pitinga, mina de onde são extraídos o tântalo e o estanho.

O secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, Daniel Nava, avalia como positiva a venda recorde de tântalo para o exterior, porque gera riquezas para o Amazonas. Ele ressaltou, porém, que o foco do governo é aproveitar os incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus (PIM) para atrair as indústrias exportadoras para se instalarem no Estado. "Nosso trabalho é no sentido de verticalizar o beneficiamento dos minerais extraídos na região", afirma.

Além de Presidente Figueiredo, as exportações de Itacoatiara (a 175 quilômetros de Manaus) também fecharam em alta, registrando crescimento em torno de 20%. Nos dez primeiros meses do ano, o município exportou R\$ 8,9 milhões, mais da metade com a venda de madeira cortada em folhas.

O presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, destaca que as exportações dos municípios poderiam crescer mais se houvesse uma atenção maior com a economia do interior. "É hora de valorizar e investir no interior, capacitando mão de obra e oferecendo serviços públicos de qualidade, incluindo, a logística e a parte de comunicação", salienta.

Desempenho fraco

Enquanto isso, de janeiro a outubro, as exportações de Manaus somaram R\$ 732,26 milhões, queda de 30,61% na comparação com o mesmo período de 2010. Os setores que mais exportaram foram o de bebidas, telefonia celular e o de duas rodas. Somente em outubro as exportações do Amazonas ficaram em torno de R\$ 79,5 milhões.

Transporte de cargas do PIM fatura R\$ 210 milhões / mês

Movimento diário chega a R\$ 7 mi, apontam empresas e sindicatos

TEXTO Beatriz Gomes
FOTO Eraldo Lopes

MANAUS

 transporte de cargas movimentada cerca de R\$ 7 milhões por dia ou R\$ 210 milhões mensais em Manaus. Cerca de 250 carretas e até 6 mil contêineres saem todos os dias de Manaus com mercadorias do Polo Industrial. A maioria em direção ao porto de Belém para de lá seguirem aos mercados consumidores do Nordeste, Sul e Sudeste. Os dados foram levantados pelo DIÁRIO junto a empresas do setor e sindicatos que representam a atividade no Estado.

O transporte rodofluvial de mercadorias é responsável por 20% do volume e 80% é feito por meio de cabotagem, navegação entre portos marítimos de um mesmo país.

Para enviar a mercadoria em um contêiner de 40 pés para o Porto de Santos, por exemplo, o custo varia entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. O preço é estabelecido de acordo com o valor da mercadoria, distância e seguro contratado.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte de Cargas do Amazonas (Sindicargas), Ronaldo de Sousa, são movimentados de 3 a 6 mil contêineres por dia nos portos de Manaus. O que equivale a uma movimentação de até R\$ 4,2 milhões diários.

Já por modo rodofluvial, a movimentação chega a 250 carretas por dia com o custo maior, de R\$ 9 mil a R\$ 11 mil, por conta do prazo de entrega que é menor que o da cabotagem. A carreta sai por balsa até o porto de Belém e de lá segue pelas rodovias em direção aos

mercados consumidores. Essa movimentação resulta num volume diário de R\$ 2,75 milhões.

Segundo o secretário do Sindicato das Empresas de Agenciamento de Cargas, Logística e Transportes Aéreos e Rodoviários de Cargas do Estado do Amazonas (Setcam), Raimundo Augusto de Araújo Nonato, são cerca de 7,5 mil carretas por mês, o que corresponde a 750 mil metros cúbicos de carga mensais.

“O Amazonas tem uma logística particular que varia de acordo com o período de chuvas. De junho a novembro, os rios estão com o nível mais baixo então os navios diminuem a quantidade de cargas para passar pelos bancos de areia e essa demanda acaba repassada para as carretas”, afirma Nonato.

De acordo com o diretor-executivo da TRA Transporte da Amazônia, Gilvan Housell, o prazo para entrega das mercadorias em carretas dura em média dez dias até São Paulo. “Para uma redução desse prazo é necessário aumentar o número de balsas e de empurradores porque é comum as carretas ficarem retidas no porto pela falta de pessoal para descarregar o que onera ainda mais o transporte”, destaca.

OS NÚMEROS

20%

Esse é o percentual de cargas do Polo Industrial de Manaus que utilizam a modalidade de transporte rodofluvial no Estado.

Transporte de cargas do PIM fatura R\$ 210 milhões / mês (continuação)

Setor investe em 'Selo Ambiental'

A busca pela adoção de práticas que visem a adoção de políticas sócio-ambientais aliadas ao desenvolvimento sustentável tem levado algumas transportadoras a iniciar junto a entidades governamentais como o Instituto Chico Mendes de Responsabilidade Social, o processo de certificação ambiental.

Com um crescimento de 25% ao ano no faturamento, a TRA Transportes da Amazônia, empresa nascida em Manaus e especializada em logística da região Norte, está buscando o

Selo Ambiental para se tornar em 2012 a primeira transportadora verde do País.

A iniciativa já é comum em empresas do setor de transporte coletivo e de fretamento, instaladas nos Estados das regiões Sul e Sudeste.

Para garantir a certificação, a TRA tem buscado gerar emprego utilizando mão de obra proveniente dos Estados da Amazônia Legal e para atuar em todas as escalas. A adoção de uma política de reciclagem em todas as filiais a partir da coleta do material que chega,

distribuindo os resíduos às cooperativas do setor, bem como a reutilização da água durante a lavagem dos caminhões. Outra preocupação da empresa é quanto a contratação das transportadoras que fazem o serviço por meio de balsas.

“Nossa principal exigência é a de que essas empresas não possuam qualquer irregularidade junto aos órgãos do meio ambiente, mantendo assim o correto e adequado funcionamento das máquinas”, destacou o diretor da TRA, Gilvan Housell.

Dilma diz que País está 'blindado'

Política fiscal é uma das explicações, diz presidente

TEXTO Agência Brasil

FOTO Gabriel de Paiva/Agência O Globo

BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff disse ontem que a política fiscal, o controle da inflação, a distribuição de renda e a geração de empregos são os fatores responsáveis pela "blindagem" do Brasil neste momento de crise econômica internacional.

Dilma disse, ainda, que o País tem poupança suficiente para suprir as empresas brasileiras de crédito em caso de escassez de recursos no merca-

do internacional, se referindo às reservas internacionais (US\$ 350 bilhões) e os recursos depositados no Banco Central (BC).

"Diante da crise, temos todas as chances de continuar crescendo, por que o Brasil amadureceu economicamente. Somos um País que sabe crescer, manter a estabilidade, não sai por aí feito louco se endividando lá fora, como se fazia antes. Temos a inflação progressivamente caminhando para o centro da meta, uma política fiscal séria. O Brasil tem também um processo de distribuição de renda, talvez o maior res-

OS NÚMEROS

350

bilhões de dólares é o tamanho das reservas internacionais do Brasil, o que significa garantia de recurso para quem precisar investir.

ponsável pela nossa blindagem em relação ao exterior", disse.

A presidente disse ainda que o Brasil tem reservas suficientes para garantir recursos às empresas brasileiras "se o crédito secar lá fora".